



Ministério Público
do Estado do Amapá

CENTRO DE ESTUDOS E APERFEIÇOAMENTO FUNCIONAL

Procedimento de Gestão Administrativa Nº 20.06.0000.0000409/2024-69

DOCUMENTO DE FORMALIZAÇÃO DA DEMANDA – DFD
CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS - AÇÕES DE
DESENVOLVIMENTO/CAPACITAÇÃO

UNIDADE REQUISITANTE	
Agente responsável: Maria do Socorro Milhomem Monteiro Moro	Matrícula: 10003
E-mail: ceaf@mpap.mp.br	Telefone: (96) 3198-1600
Responsável pela área técnica: Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional	
Agente responsável: Telma Coêlho de Freitas	Matrícula: 50043
E-mail: telma.freitas@mpap.mp.br	Telefone: (96) 3198-1930

1. DADOS GERAIS SOBRE A AÇÃO DE DESENVOLVIMENTO/CAPACITAÇÃO

1.1 Quantidade de inscrições: até 100 participantes

1.2 Nome da ação de desenvolvimento/capacitação: Curso Simplificação da Linguagem Jurídica (Portaria Presidência CNJ 351/2023)

1.3 Temas/conteúdos:

A linguagem jurídica - A importância da linguagem na atividade jurídica; - Padronizações e normatizações; - Estrutura de texto jurídico; - Erros de preciosismo, rebuscamento ou coloquialismo.; - Simplificação da Linguagem Jurídica; - Recomendações dos Manuais de Redação Oficial. Competência textual - Qualidades e defeitos do texto; - Clareza, coesão, coerência, objetividade e concisão; - Organização do pensamento; - Aspectos gramaticais relacionados à linguagem jurídica

1.4 Público alvo:

Membros e servidores do MPAP

1.5 Modalidade: (X) Presencial () Online () Híbrido

2. JUSTIFICATIVA DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO PARA DESENVOLVIMENTO OU CAPACITAÇÃO



Ministério Público
do Estado do Amapá

CENTRO DE ESTUDOS E APERFEIÇOAMENTO FUNCIONAL

Procedimento de Gestão Administrativa Nº 20.06.0000.0000409/2024-69

2.1 Identificação da demanda

O presente documento manifesta a necessidade de execução de serviços de capacitação de pessoal, para atender demanda dos integrantes do MPAP.

2.2 Justificativa da necessidade da contratação para a capacitação de servidores

Justifica-se a necessidade de capacitar membros e servidores da Instituição no sentido de adotar linguagem simples, direta e compreensível a todas as pessoas na produção de peças judiciais, documentos administrativos (relatório, parecer, despacho, ofício) e na comunicação geral com a sociedade de acordo com as recomendações de portarias e resoluções do Conselho Nacional de Justiça e manuais de redação oficial do Ministério Público e da Presidência da República.

2.2.1 A ação de desenvolvimento/capacitação está alinhada ao Mapa Estratégico do Ministério Público do Estado do Amapá - 2023-2029, com o objetivo promover a gestão por competências e a qualidade de vida no trabalho.

3. DIMENSIONAMENTO DO SERVIÇO A SER CONTRATADO

MP-AP 20.06.0000.0000409/2024-69 / Pág.: 2/4







Ministério Público
do Estado do Amapá

CENTRO DE ESTUDOS E APERFEIÇOAMENTO FUNCIONAL

Procedimento de Gestão Administrativa Nº 20.06.0000.0000409/2024-69

4.- INDICAÇÃO DE OUTRAS DEMANDAS INTERDEPENDENTES OU VINCULADAS:

4.1 O valor total do investimento é de **R\$ 16.000,00** (dezesesseis mil reais), nele inclusos honorários e despesas adicionais, conforme proposta.

4.2 O pagamento deverá ser único, no valor integral de **R\$ 16.000,00** (dezesesseis mil reais), por meio de depósito em Conta Corrente apontada abaixo, em até 30(trinta) dias a contar do final do curso, mediante emissão de Nota Fiscal pela contratada.

Dados Bancários: Banco: Itaú , Agência: 6913, Conta Corente: 04599-0, CNPJ: 04.403.920/0001-01

5.- INDICAÇÃO DE OUTRAS DEMANDAS INTERDEPENDENTES OU VINCULADAS:

Não existe demanda interdependente ou vinculadas ao presente objeto.

Macapá, 12 de Janeiro de 2024

TELMA COELHO DE FREITAS
GERENTE DA DIVISÃO DE TREINAMENTO E APERFEIÇOAMENTO

MARIA DO SOCORRO MILHOMEM MONTEIRO MORO
COORDENADORA DO CEAF - MPAP



Assinado eletronicamente por **TELMA COELHO DE FREITAS, GERENTE DA DIVISÃO DE TREINAMENTO E APERFEIÇOAMENTO**, em 12/01/2024, às 13:42, Ato Normativo Nº 004/2018-PGJ e Lei Federal nº. 11.419/2006



Assinado eletronicamente por **MARIA DO SOCORRO MILHOMEM MONTEIRO MORO, COORDENADORA DO CEAF - MPAP**, em 17/01/2024, às 10:51, Ato Normativo Nº 004/2018-PGJ e Lei Federal nº. 11.419/2006

MP-AP 20.06.0000.0000409/2024-69 / Pág.: 4/4

